

IV SESSÃO DO COMITÉ CENTRAL DA FRELIMO

Elogios dominam reunião do CC e ofuscam debate sobre segurança e crise humanitária em Cabo Delgado

Dois (2) anos depois, o Comité Central da Frelimo está reunido desde ontem na Matola. Inicialmente, a quarta sessão tinha sido convocada para Março de 2020, mas foi adiada devido à eclosão da pandemia da Covid-19. A reunião do partido no poder acontece num momento em que o País atravessa a fase mais crítica das últimas três décadas: o extremismo violento e os ataques terroristas em Cabo Delgado que já provocaram a pior crise humanitária, com mais de 700 mil pessoas deslocadas, além de mais de dois mil mortos e propriedades públicas e privadas destruídas.



Aliás, o mais recente e brutal ataque à vila de Palma em finais de Março último levou a petrolífera francesa Total a declarar “força maior”, situação que forçou a retirada dos empreiteiros e de empresas subcontratadas na construção do complexo industrial do projecto Mozambique LNG na

península de Afungi, a menos de 50 quilómetros da vila de Palma. A retoma dos trabalhos em Afungi está agora condicionada à melhoria das condições de segurança em Cabo Delgado, tal como ficou evidenciado durante a visita do Presidente da República à França. No fundo, é improvável que a To-

tal retome o projecto ainda este ano, pois o Governo de Filipe Nyusi continua sem uma estratégia clara para repor a segurança em Cabo Delgado.

A situação de segurança no norte e centro (ataques da Junta Militar da Renamo) do País consta da agenda da reunião do Comité

Central. E não é para menos: é a primeira vez nas últimas décadas que o partido libertador e no poder reúne ciente de que parte do território moçambicano não está sob controlo do Estado. Mocímboa da Praia, outrora a vila mais movimentada do norte de Cabo de Delgado e servida por um porto e aeródromo com capacidade para receber aviões de médio porte, está nas mãos de terroristas desde Agosto de 2020. Mocímboa da Praia é apenas o lugar mais representativo desta perda de soberania não assumida oficialmente, pois existem outros, como o Distrito de Quissanga, abandonado tanto pela população como pelas autoridades do Estado desde Abril de 2020.

Na abertura da reunião do Comité Central, Filipe Nyusi defendeu que Moçambique nunca renegou apoio no combate ao terrorismo: “Nós precisamos e queremos apoios, sem proclamarmos a nossa resignação neste processo de defesa da pátria e da nossa liberdade”¹. Trata-se, na verdade, da repetição do discurso feito a 7 de Abril (Dia da Mulher Moçambicana) deste ano, em que o Presidente da República admitiu, pela primeira vez, a possibilidade de uma intervenção militar estrangeira em Cabo Delgado: “Os que chegarem de fora não virão para nos substituir, virão para nos apoiar. Não se trata de orgulho vazio, trata-se de sentido de soberania, trata-se de saber que nenhuma guerra é vencida se não for claro, desde o início, o que deve ser feito pelo próprio País e o que deve ser feito pelos aliados”².

Dada a gravidade da situação, a expectativa é de que os membros do Comité Central abram uma excepção ao coro entusiasta de elogios que caracteriza as reuniões da Frelimo e confrontem o Presidente do Partido sobre a complexa situação de Cabo Delgado. Ele que nunca abordou abertamente a insurgência armada e sempre assumiu uma postura pouco comunicativa com os moçambicanos, mesmo perante a escalada da violência, o assalto e ocupação de sedes distritais e a deterioração da situação humanitária dos deslocados. Pela responsabilidade histórica que carrega e pelo facto de ser o partido no poder, a Frelimo deve exigir ao seu líder informação relevante sobre Cabo Delgado, os desafios que se colocam para conter o avanço da ameaça terrorista, a crise humanitária e posição do Governo perante várias opções e ofertas que se colocam: oferta da SADC de envio de três mil militares; a ventilada intervenção militar de Ruan-



da e, mais recentemente, da França.

Na verdade, a reunião do Comité Central que termina hoje é uma oportunidade soberana que a Frelimo tem para discutir aberta e criticamente sobre a situação de Cabo Delgado, depois de dois anos de um silêncio cúmplice perante a deterioração da segurança, assassinato de milhares de civis e deslocamentos em massa das comunidades. Foi nos últimos dois anos, sobretudo em 2020, que o extremismo violento atingiu proporções alarmantes e provocou o maior drama humanitário de que há memória nas últimas três décadas em Moçambique. Perante uma Assembleia da República que teima em não assumir o seu papel de fiscalizador da acção do Executivo, o Comité Central da Frelimo é o último reduto onde Filipe Nyusi pode ser confrontado e questionado sobre o destino errático que o País está a tomar.

O debate franco e aberto sobre Cabo Delgado torna-se tão pertinente na medida em que, para a semana, Maputo volta a acolher a cimeira extraordinária da Dupla Troika da SADC que deverá decidir sobre o envio para Moçambique de 2.916 militares e meios logísticos para apoiar as Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) no combate contra o extremismo violento e terrorismo. A

proposta é da missão de avaliação técnica da SADC que trabalhou em Maputo de 15 a 21 de Abril e deveria ter sido discutida no dia 28 de Abril, mas a cimeira extraordinária da Dupla Troika da SADC foi adiada devido à indisponibilidade dos Estadistas do Botswana e da África do Sul.

Entretanto, a avaliação técnica feita pela missão da SADC baseou-se exclusivamente em informações do Governo e de oficiais das Forças de Defesa e Segurança (FDS). A equipa não consultou entidades independentes interessadas na situação de Cabo Delgado, incluindo académicos que se têm dedicado a estudar as causas do extremismo violento naquela província. A missão limitou-se a fazer uma avaliação das necessidades militares que Moçambique precisa e não reflectiu sobre a dimensão social do conflito em Cabo Delgado, incluindo as prováveis causas internas.

A ameaça terrorista e o extremismo violento não se resolvem apenas com soluções militares. É preciso incluir outras formas de intervenção, como a promoção do diálogo e de iniciativas socioeconómicas para reduzir a vulnerabilidade de jovens a recrutamentos pelos grupos extremistas.

¹ <https://www.dw.com/pt-002/nyusi-reitera-que-precisa-e-quer-apoios-contr-o-terrorismo/a-57629984>

² https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2021/04/ABERTURA-PARA-INTERVENCAO-MILITAR-ESTRANGEIRA_-Os-que-chegarem-de-fora-nao-virao-para-nos-substituir-virao-para-nos-apoiar.pdf

Debate sobre a sucessão de Nyusi deve centrar-se no perfil e não na origem do candidato

Apesar de não constar da agenda da quarta sessão do Comité Central, o debate sobre a sucessão de Filipe Nyusi começa a ganhar corpo dentro do partido. As eleições gerais que irão marcar o fim do mandato de Nyusi serão daqui a escassos três anos e há quem defenda que quanto mais cedo iniciar o debate sucessório melhor para o partido dirigente. Nyusi foi eleito candidato da Frelimo em Março de 2014, faltando apenas sete (7) meses para as eleições gerais.

Depois de ser dirigido por quatro líderes originários do sul de Moçambique, nomeadamente Eduardo Mondlane (1962 – 1969); Samora Machel (1970-1986); Joaquim Chis-

sano (1986 – 2005); Armando Guebuza (2005 – 2015), a Frelimo teve o seu primeiro Presidente oriundo do norte de Moçambique em 2015, quando elegeu Filipe Nyusi. Na verdade, a eleição de um líder do Partido que não fosse originário do sul de Moçambique não foi de todo fortuita. Quando a Frelimo foi a votos para eleger o seu candidato às eleições presidenciais de 2014, todos os cinco nomes (Filipe Nyusi, José Pacheco, Aires Ali, Alberto Vaquina e Luísa Diogo) aprovados eram originários do centro e norte do País. Estava clara a ideia de que o futuro líder deveria ser ou do centro ou do norte do País. E uma vez que o poder foi para o norte

(Nyusi é natural de Mueda – Cabo Delgado), ficou a ideia de que o candidato do partido no poder para as eleições de 2024 tem de ser obrigatoriamente do centro do País. Mas mais do que discutir a origem do sucessor de Filipe Nyusi, o debate devia se centrar no perfil do candidato que o partido quer apresentar aos moçambicanos em 2024. E a discussão do perfil do sucessor de Nyusi deve ter sempre presente os desafios que o País atravessa e os ideais do partido. Condicionar o debate sucessório em função da origem do futuro líder da Frelimo pode significar uma condenação do País a mais 10 anos de retrocesso.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: CDD
Equipa Técnica: Emídio Beula, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, e Ligia Nkavando.
Layout: Emídio Beula

Contacto:
 Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

